Artigo 13.º

Duração do mandato

1 — O termo do mandato do Provedor do Município deverá coincidir com o mandato dos órgãos autárquicos — Câmara Municipal e Assembleia Municipal, podendo ser renovado, por uma vez.

2 — A designação do Provedor do Município tem lugar nos 90 (noventa) dias seguintes à instalação da nova Assembleia Municipal.

3 — O Provedor do Município, cessante, mantém-se em funções até à tomada de posse do seu sucessor.

4 — Verificando-se vacatura do cargo a designação do Provedor do Município deverá ter lugar na 1.ª reunião da Assembleia Municipal subsequente.

Artigo 14.º

Cessação do mandato

As funções do Provedor do Município podem cessar nos seguintes casos:

- a) Morte ou impossibilidade física permanente;
- b) Destituição fundamentada, aprovada pela Assembleia Municipal, por maioria absoluta dos seus membros em efetividade de funções;
- c) Renúncia, através de carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal.
- d) Perda dos requisitos de elegibilidade fixados para os membros dos órgãos municipais.

Artigo 15.º

Princípio da gratuidade

1 — A atividade do Provedor do Município é gratuita para os cidadãos queixosos.

2 — O Provedor do Município tem direito a uma compensação equivalente ao valor previsto na lei para as senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal, com o limite de duas por mês.

Artigo 16.º

Gabinete do Provedor do Município

O Provedor do Município dispõe de serviço de apoio técnico e administrativo próprio, que deverá ser disponibilizado pela Câmara Municipal, com os meios logísticos necessários.

Artigo 17.º

Atendimento

O Provedor do Município deverá atender presencialmente os cidadãos com periodicidade quinzenal, em período mínimo de uma manhã ou tarde.

Artigo 18.º

Encargos

No Orçamento Municipal devem ser inscritas verbas para pagamento dos encargos previstos nos artigos 15.º e 16.º

Artigo 19.º

Interpretação do regulamento

A interpretação do presente regulamento, bem como a integração de lacunas e casos omissos, cabe ao Presidente da Câmara Municipal, ou quem este delegar, aplicando-se subsidiariamente o Código Procedimento Administrativo.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

O Presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação, por edital.

311311393

MUNICÍPIO DO BARREIRO**Aviso (extrato) n.º 6846/2018**

Torna-se público o meu despacho, o qual determinou a conclusão com sucesso do período experimental da trabalhadora Anabela Mateus Rodrigues, na sequência do procedimento concursal ref.º 01/2017,

em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto.

8 de maio de 2018. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

311331635

Aviso (extrato) n.º 6847/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torno público que Leonel Nuno Prazeres Pinto, Assistente Operacional, oriundo do Município de Setúbal, cessou a mobilidade na categoria, nesta Câmara Municipal, a qual terá efeitos a 31/03/2018, e consequentemente o seu regresso ao Município de origem, nos termos do artigo 92.º e seguintes da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

8 de maio de 2018. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

311331684

MUNICÍPIO DA BATALHA**Aviso n.º 6848/2018****Procedimento concursal para ocupação de postos de trabalho por via do programa de regularização extraordinária de vínculos precários — Homologação das listas de ordenação final**

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foram homologadas por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 2 de maio, as listas de ordenação final, do procedimento concursal para regularização de vínculos precários — quatro lugares na carreira e categoria de Assistente Operacional, aberto pela oferta n.º OE201803/0374; dois lugares na carreira e categoria de Assistente Técnico, aberto pela oferta n.º OE201803/0372; um lugar na carreira e categoria de Técnico Superior — área de Designer, aberto pela oferta n.º OE201803/0371; um lugar na carreira e categoria de Técnico Superior — área de Arquiteto, aberto pela oferta n.º OE201803/0369, na Bolsa de Emprego Público.

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da citada Portaria, ficam notificados todos os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos, do ato de homologação das listas de ordenação final, as quais se encontram afixadas em local visível e público no edifício dos Paços do Município e disponibilizadas na página eletrónica do Município, em www.cm-batalha.pt.

2 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Paulo Jorge Frazão Batista Santos*.

311342051

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**Aviso n.º 6849/2018**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público, por meu despacho de homologação, datado de 9 de maio de 2018, exarado na ata do júri responsável pela avaliação final, se comprova que foi concluído com sucesso o período experimental das trabalhadoras, Lia João Louçã Marques Teixeira, Lília Maria Ribeiro Pires e Susana Maria Pires Lanção, na carreira e categoria de assistente operacional — área de atividade — auxiliar dos serviços gerais, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, na sequência do procedimento concursal, aberto por aviso n.º 4171/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 60, de 28 de março de 2016.

11 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara, *Dr. Hernâni Dinis Venâncio Dias*.

311343607